UMA TEORIA DO PODER EM FOUCAULT

A theory of power in Foucault

Greyce Kelly Cruz de Sousa França

Resumo: O presente artigo tem por tema uma teoria do poder em Foucault, buscando esclarecer no que consiste esse fenômeno para o autor e como sua conceituação difere de concepções tradicionais que costumam caracterizar o poder como algo puramente negativo que estaria sob a exclusividade do Estado e cuja forma de atuação é confundida com a violência.

Palavras-chave: Estado; Foucault; Poder; Violência.

Abstract: This article deals with a theory of power in Foucault, seeking to clarify what this phenomenon is for the author and how its conception differs from traditional conceptions that usually characterize power as something purely negative that would be under the exclusivity of the State and whose act form is confused with violence.

Keywords: Foucault; Power; State; Violence.

Introdução

Segundo Foucault, em *Mivrofísica do Poder* (1979) as sociedades modernas apresentam uma nova organização do poder. Nessa nova organização, o poder não se concentra apenas no setor econômico pois está disseminado pelos vários âmbitos da vida social, tendo se fragmentado em micropoderes, e se tornado, com isso, mais eficaz. O autor explica seu entendimento do que é o poder; para ele, este não seria essencialmente um poder de repressão ou censura, mas um poder criador, no sentido de que produz a realidade e seus conceitos. Foucaultcontraria a ideia de que o Estado seria o órgão central e único do poder ou que as inegáveis redes de poderes das sociedades modernas seriam apenas uma extensão dos efeitos do estado, seu prolongamento. Para ele, parte-se dos mecanismos e técnicas de poder que estão intimamente relacionados com a produção de determinados saberes, só depois é que se estabelece uma relação desses micropoderes com o nível mais geral do poder constituído pelo Estado. Cabe ressaltar ainda a distinção que ele estabelece entre poder e violência: onde esta impera, aquele deixou de existir. Por outro lado, resistência não é diferente de poder e sim componente necessário para que o poder possa acontecer.

A presente pesquisa irá se apoiar principalmente nas obras foucaultianas nas quais o poder ou o conceito de poder aparecem de forma recorrente e das quais se pode abstrair o entendimento do autor acerca deste fenômeno. São elas: Microfísica do poder (1979) e Vigiar e punir (2009). Também se utilizará das obras Nascimento da biopolítica (2008) e Segurança, território, população (2008) a fim de discutir outros aspectos igualmente referentes ao poder. Como bibliografias secundárias a serem trabalhadas no diálogo com Foucault, tem-se: Habermas em O discurso filosófico da Modernidade (2000), Deleuze em Foucault (2005), e Revel em Michel Foucault: conceitos essenciais (2005).

Uma teoria do poder em Foucault

Para início de esclarecimento, não existe em Foucault uma teoria geral do poder, ou seja, suas análises não consideram o poder como uma realidade. O poder não possui uma essência a qual o autor procuraria definir; para ele, o que existe são forças distintas, em constante embate e em constante transformação. Para Judith Revel, "Foucault nunca trata do poder como uma entidade coerente, unitária e estável, mas de relações de poder que supõe condições históricas de emergência complexas e que implicam efeitos múltiplos, compreendidos fora do que a análise filosófica identifica tradicionalmente como o campo do poder". Nesse sentido, o poder não se configura como objeto a ser apreendido, mas como prática social constituída historicamente. Foucault destaca que a análise dos mecanismos de poder não é, de forma alguma, uma teoria geral do que é o poder.

Não é uma parte, nem mesmo um início dela. Nessa análise, trata-se simplesmente de saber por onde isso passa, como se passa, entre quem e quem, entre que ponto e que ponto, segundo quais procedimentos e com quais efeitos. Logo, só poderia ser, no máximo, e só pretender ser, no máximo, um início de teoria, não do que é o poder, mas do poder, contanto que se admita que o poder não é, justamente uma substância, um fluido, algo que decorreria disto ou daquilo, mas simplesmente na medida em que se admita que o poder é o conjunto de mecanismos e procedimentos que tem como papel ou função e tema manter – mesmo que não o consigam – justamente o poder. É um conjunto de procedimentos, e é assim e somente assim que se poderia entender que a análise dos mecanismos de poder dá início a algo como uma teoria do poder².

Conforme Foucault "o poder não se funda em si mesmo e não se dá a partir de si mesmo [...] os mecanismos de poder são parte intrínseca de todas as relações, são circularmente o efeito e a causa delas³". A análise dos mecanismos de poder tem, no entender do autor, "o papel de mostrar quais são os efeitos de saber que são produzidos em nossa sociedade pelas lutas, os choques, os combates que nela se desenrolam, e pelas táticas de poder que são os elementos dessa luta"⁴. O próprio termo "poder" não faz mais que designar um campo de relações que tem de ser analisado por inteiro"⁵. Para entender no que consiste o poder de acordo com Foucault, é necessário entender as relações de similaridade, ou seja, os conceitos que se aproximam da concepção de poder e que compõem o poder, bem como as relações de distinção do que não seria ou não poderia ser considerado poder. Passemos a estas relações.

A não sinonímia entre Estado e Poder

Em Foucault, as análises genealógicas do poder⁶, no campo das relações políticas, deslocaram a investigação do poder como estando restrita aos limites do Estado ou seja,

⁴ FOUCAULT, Segurança, território, população, 2008b, p. 5.

¹ REVEL, J. *Michel Foucault*: conceitos essenciais, 2005, p. 67.

² FOUCAULT, Segurança, território, população, 2008b, p. 3-4.

³ IBIDEM, p. 4

⁵ FOUCAULT, M. Nascimento da biopolítica, 2008a, p. 258.

⁶A questão do poder, formulado pelas análises foucaultianas, surge como complemento do exercício de uma arqueologia do saber, através do projeto de uma genealogia do poder. Enquanto a

deixaram de entender o poder como algo que estaria presente única e exclusivamente no aparelho estatal. Isso porque, através de suas análises, foi possível evidenciar a existência de exercícios do poder diferentes do Estado, poderes estes locais e específicos, circunscritos a uma pequena área de atuação (ex: instituições como escolas, exército, hospitais, etc.) que são diferentes do Estado, mas que podem associar-se a ele e se mostram indispensáveis à sua eficácia e sustentação. O que o autor visava na análise genealógica era distinguir a expansão da mecânica do poder pelo tecido social, as formas regionais assumida por ela, seu investimento nas instituições, as técnicas de dominação por ela adotadas. Através disso, foi possível perceber a intervenção material do poder sobre a realidade concreta dos indivíduos, por meio de seus corpos e adentrando na sua vida cotidiana, podendo ser lido como micropoder. No que diz respeito à microfísica do poder Foucault supõe que:

[...] o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma "apropriação", mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que lhe seja dado como modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou conquista que se apodera de um domínio. Temos em suma que admitir que esse poder mais se exerce que se possui, que não é o "privilégio" adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas - efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados; esse poder, por outro lado, não se aplica pura e simplesmente como uma obrigação ou uma proibição, aos que "não tem"; ele os investe, passa por eles e através deles; apoia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder, apoiam-se por sua vez nos pontos em que ele os alcança⁷.

A microfísica do poder, como é denominada pelo autor, significa, de um lado, o deslocamento do espaço da análise (o Estado); de outro lado, o nível em que ela se efetua (não num nível macro, mas micro). Passa-se a dar atenção às formas mais locais de atuação do poder e os procedimentos técnicos de controle de poder se tornam, por isso, mais detalhados e minuciosos (ex: controle das atitudes, comportamentos, discursos, gestos, hábitos, etc.). A análise mostrou que esses poderes micros, também chamados periféricos, não foram necessariamente criados pelo Estado, como também não surgiram fora dele, mas foram reduzidos como mais uma forma de atuação do aparelho central. Esses poderes são exercidos em níveis diversos e em pontos distintos da rede social, podendo ou não estar integrados ao Estado⁸.

arqueologia procura estabelecer a maneira pela qual os saberes se constituem, na interrelação das práticas discursivas com as instituições, a genealogia pretende explicar o motivo pelo qual estes saberes aparecem e se transformam. O que Foucault denomina genealogia é a entrada desses saberes na seara das relações de poder e a inclusão destes em um dispositivo político. Em suas próprias palavras: "É isto que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo dos acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história". (FOUCAULT, M. *Microfisica do poder*, 1979).

⁷ FOUCAUL, Vigiar e punir, 2009, p. 29-30.

⁸ FOUCAUL, Microfísica do poder, 1979.

Essa relativa autonomia em relação ao poder central significa que as transformações ocorridas no corpo social não estão necessariamente ligadas às mudanças que ocorrem no âmbito estatal, isso justamente porque o aparelho de Estado é um instrumento específico que se encontra no interior de um sistema de poderes e tal sistema não se encontra localizado apenas no Estado. Isso implica que a destruição do aparelho de Estado, diferente do que se acredita, não é suficiente para destruir a rede de poder e as relações de poder que se estabelecem socialmente.

"A derrubada desses "micropoderes" não obedece portanto à lei do tudo ou nada; ele não é adquirido de uma vez por todas por um novo controle dos aparelhos nem por um novo funcionamento ou uma destruição das instituições, em compensação nenhum dos episódios localizados pode ser inscrito na história senão pelos efeitos por ele induzidos em toda a rede em que se encontra⁹."

Rompe-se com a ideia do Estado como órgão exclusivo do poder e das relações de poder como produto dos efeitos do Estado. Foucault realiza, nesse sentido, uma análise ascendente (dos vários mecanismos e técnicas de poder relacionados à produção de saberes e como estes se relacionam com o nível mais geral do poder da qual se constitui o Estado). O Estado deixa de ser o ponto de partida e o foco da origem de toda forma de poder, sendo que foi, muitas vezes, fora dele que relações de poder essenciais para a formação de saber, com técnicas particulares e parcialmente autônomas se constituíram e se transformaram.

O Poder como correlato da Resistência e diferente da Violência

Foucault não pretendia "retirar" o poder do estado e situá-lo em outro lugar. Isso nem seria possível, uma vez que para ele o poder não se localiza em nenhum lugar, em nenhum ponto específico do seio social. Funciona como uma rede de dispositivos a qual ninguém está de fora ou imune. Não existem fronteiras que limitem as relações de poder. Desta forma, o poder não é algo que se possui, e sim algo que se exerce. Também não existe aqueles que detém o poder e aqueles dele desprovidos. O poder simplesmente não existe; o que existe é o funcionamento das práticas de poder. Tal funcionamento também não possui localização específica, podendo ocorrer em qualquer parte do tecido social. O poder é uma relação e como tal, as lutas contra o seu exercício ocorrem no interior de tal relação (e não fora), visto que nada escapa ao poder¹º.

As lutas surgem enquanto resistência, enquanto força dentro da própria relação de poder. Onde há poder, há resistência, e se não existe lugar próprio do poder, também não há lugar próprio da resistência, apenas pontos momentâneos e deslocáveis, distribuídos na estrutura social. A resistência é afrontamento, é luta. Assim, como o poder não é uma coisa que se possui, ela se disputa e nessa disputa ou se perde ou se ganha. Também não se pode caracterizar o poder com relação a lei nem à repressão, pois ele não se dá nem no nível do direito, nem da violência. Sobre isso, Foucault indaga:

Ora, me parece que a noção de repressão é totalmente inadequada para dar conta do que existe justamente de produtor no poder. Quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força da

_

⁹ FOUCAUL, Ob. Cit., 2009, p. 30.

¹⁰ FOUCAUL, Microfisica do poder, 1979.

proibição. Ora, creio ser esta uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só com uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considera-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir¹¹

Foucault afirma que é falso definir o poder como algo que só diz não, que limita e castiga. A esta concepção negativa o autor, acrescenta uma concepção positiva, na qual ele explica que o poder não se manteria se fosse somente pautado em formas de repressão. Para ele, as forças negativas relacionadas ao poder, tais quais, a repressão não são o fundamental do poder e que este é produtivo; que é preciso parar de sempre descrever os efeitos do poder em termos negativos e passar a admitir que o poder não diz apenas não, ele também produz, ou seja, o poder possui positividade e é por esse aspecto que ele vai ter como alvo o corpo humano individual a fim de adestrá-lo. O que interessa ao poder não é expulsar o homem da vida social ou impedir que ele exerça suas atividades, pelo contrário, objetiva-se controlá-lo nessas ações para que se possa utilizá-lo ao máximo e com máxima eficácia. Tal objetivo é político e econômico no sentido que possibilita o aumento de seu trabalho e a diminuição de sua capacidade de resistência. Assim, esse homem torna-se menos propenso a insurgir contra as ordens do poder, ou seja, ele é neutralizado, tornado dócil¹².

Poder disciplinar

Quando Foucault iniciou sua formulação sobre a questão do poder ele o fez situando-o num tipo de relação específica de poder: o enclausuramento. Nesse tipo específico de relação o corpo dos sujeitos era investido de tecnologias de poder e controle, mas essa tecnologia, ao contrário do que possa sugerir, não era exclusiva da prisão. A esse tipo específico de poder, o autor denominou disciplina ou poder disciplinar cujo tema ele desdobra em *Vigiar e Punir*. Deleuze¹³ reconhece nessa obra um momento decisivo no pensamento de Foucault. Para ele, trata-se antes da passagem de uma analítica do saber a uma cartografia do poder; porém o mesmo não está preocupado unicamente com a compreensão dos mecanismos de transformação interna do programa teórico de Foucault; não é tanto a questão da vida ou dos dispositivos de produção do discurso que o interessa, mas a questão da natureza das relações de forças enquanto exercício de estratégias internas às formações de meio e da sua maneira de agir sobre os corpos. Deleuze procurará na microfísica do poder a confirmação do seu conceito de "máquina", particularmente o de "máquina abstracta", bem como o conceito de "agenciamento" que fará coincidir com o de "dispositivo" que ocupava o centro do novo olhar sobre o poder por Foucault.

Para Foucault, embora o poder atue externamente ao homem, ele pode agir sobre seu corpo produzindo comportamentos e fabricando o tipo de sujeito ideal ao

¹¹ FOUCAUL, Microfisica do poder, 1979, p. 7-8.

¹² FOUCAUL, Vigiar e punir, 2009.

¹³ DELEUZE, G. Foucault. 2005.

¹⁴ DELEUZE, G. Foucault, 2005.

¹⁵ O conceito de "agenciamento" não pertence ao vocabulário de Foucault. É Deleuze que irá transformá-lo no elemento central da sua leitura do conceito de poder de Vigiar e Punir quando este tenta mostrar que o agenciamento seria uma boa tradução do conceito de "dispositivo".

funcionamento e manutenção da sociedade capitalista. Nesse contexto, o corpo se torna força de trabalho produtiva à medida que está inserido no sistema político de dominação do poder disciplinar.

[...] o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder tem alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o suplicam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição; [...] o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos de violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem no entanto ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem de terror, e no entanto continuar a ser de ordem física16.

Em relação à disciplina, ela apresenta alguns pontos fundamentais: primeiro ela é uma reorganização do espaço (no sentido que deixa de pertencer exclusivamente a um dispositivo central como o Estado e está presente em todas as demais instituições sociais); em segundo ela é um controle do tempo (ao passo que estabelece a sujeição do corpo ao tempo com o objetivo de produzir mais, com maior eficácia)¹⁷. Nos dois casos, não é a finalidade última o mais importante, mas o próprio desenvolvimento, no qual o controle das operações do corpo é exercido. Em terceiro lugar, a vigilância é um dos seus principais métodos de controle (vigilância essa que precisa ser constante, sem limites, que penetre nos âmbitos mais particulares da vida e que esteja presente em todo lugar). Por último, a disciplina implica um constante registro de conhecimento (ao mesmo tempo que exerce um poder produz um saber)¹⁸. A importância das relações disciplinares de poder está no fato de elas não serem negativas mas positivas (não no sentido de um juízo de valor, mas enquanto tecnologia que se emprega). Surge disso a tese de que o poder é produtor de individualidade e de que o indivíduo é uma produção do poder e do saber.

Poder como produtor de saber

As análises genealógicas não realizam a discriminação de um sujeito contínuo presente nos vários períodos da história. Esse sujeito não é considerado matéria inerte e imutável, que se encontra fora das relações de poder, como se essas relações o atingissem, num dado momento, apenas para destruí-lo ou submetê-lo. De acordo com Habermas ¹⁹ Foucault teria abandonado a autonomia das formas de saber em favor da fusão destas em tecnologias do poder; a arqueologia do saber estaria subordinada a uma genealogia que explica a formação do saber a partir das práticas de poder. Disso decorre que o sujeito, na análise foucaultiana, emerge como alvo do poder, como produto de suas relações com o

¹⁶ FOUCAULT, Vigiar e punir, 2009, p. 28-29.

¹⁸ FOUCAUL, Vigiar e punir, 2009.

¹⁹ HABERMAS, O Discurso filosófico da modernidade, 2000.

saber. Nesse sentido, o poder não apaga a individualidade, ele a constrói e o indivíduo é um dos mais importantes efeitos da relação de poder.²⁰

Cabe ressaltar que em si tratando desta relação em que o poder individualiza, não é todo tipo de poder que o faz e sim o poder disciplinar, com suas técnicas específicas. À medida que ele se torna mais funcional, aqueles sobre os quais atua tendem a se tornar mais individualizados, e isso ocorre por meio da vigilância (ação que se dá sobre o corpo e pelo adestramento deste). É a disciplina que possibilita o surgimento da figura singular do homem como produção do poder e como objeto do saber. Das técnicas disciplinares nasce o conhecimento das ciências humanas.

Seria talvez preciso renunciar a toda uma tradição que deixa imaginar que só pode haver saber onde as relações de poder estão suspensas e que o saber só pode desenvolver-se fora de suas injunções, suas exigências e seus interesses. Seria talvez preciso renunciar a crer que o poder enlouquece e que em compensação a renúncia ao poder é uma das condições para que se possa tornar-se sábio. Temos antes que admitir que o poder produz saber; [...] que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de "poder-saber" não devem então ser analisadas a partir de um sujeito do conhecimento que seria livre em relação ao sistema do poder; mas é preciso considerar que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas²¹.

Aqui, todo conhecimento é político pois só existem a partir de condições políticas que fazem nascer tanto o sujeito como os domínios do saber. Nesse sentido, não há conhecimento neutro pois todo saber tem sua origem em relações de poder e não há relação de poder sem constituição de saber. Desta forma, todo ponto de exercício do poder é também local de formação de saber, assim como todo saber assegura a prática de um poder. O saber funciona na sociedade dotado de poder e enquanto é saber, é também poder. Esse poder-saber circula pelos discursos e passam a assumir função de verdades. Aqui os discursos científicos estão a cargo de assumir papel de verdade e esta não se encontra fora do poder.

A verdade é deste mundo; ela é produzida nela graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a

²⁰ FOUCAUL, Microfisica do poder, 1979.

²¹ FOUCAUL, Vigiar e punir, 2009, p. 30.

obtenção da verdade; o estatuto daqueles que tem o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro²².

"A verdade está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem"²³. É desta forma que Foucault postula o regime da verdade. Para ele, não adianta querer mudar o regime político ou a consciência das pessoas, come se fosse possível libertar a verdade do sistema de poder. Isso não é possível precisamente porque verdade é poder. Sobre isso Habermas aponta que as estruturas que possibilitam a verdade se encontram em um plexo de práticas de poder. Para ele, a análise genealógica do poder, realizada por Foucault trata-se "de descobrir, por meio dos tipos de discurso e das formas de saber, as tecnologias da dominação em torno das quais um complexo dominante de poder se concentra, exerce seu domínio e, por fim, é substituído pelo próximo complexo de poder seguinte"²⁴.

Considerações finais

Ao longo desse artigo foi possível entender o poder segundo a concepção foucaultiana. Para esse autor, o poder é uma relação de forças em constante embate. Essa relação se estende por todo o tecido social e dela ninguém escapa. Mas mesmo estando no tecido social, o poder não é uma realidade concreta, não é algo que se possui, nem um lugar que se ocupa. Também não está concentrado exclusivamente no aparelho de Estado, mas disseminado pela sociedade, tendo assumido aspectos mais micros.

O poder não se coaduna com violência, mas é correlato da resistência. Enquanto há resistência, há poder, há embate de forças, há possibilidade de resposta, por isso onde há poder, há resistência. Pelo contrário, onde há violência, o poder deixou se existir, as possibilidades de resposta foram emudecidas, deixou de haver o embate de forças, prevaleceu a violência. O poder aparece também como poder disciplinar que interfere diretamente sobre o corpo dos indivíduos, com intuito de torna-los dóceis e úteis ao trabalho. Nessa mecânica, os dispositivos disciplinares atuam não para dominar o sujeito mas para assujeitá-lo, fabricá-lo. Assim, o poder é produtor de saber e onde há construção de poder há exercício de saber correlato. E desse saber surge as formas de discurso que funcionam como verdade e que são disseminadas no tecido social desta forma.

Tais verdades são introjetadas por cada um dos sujeitos na relação de poder que as dão validade e as fazem circular. Sob essa roupagem da verdade as diversas áreas do conhecimento vão se inscrevendo nas relações de poder e reclamando para si áreas de domínio. As ciências humanas, por exemplo, vão ocupar esse lugar de domínio no que diz respeito ao homem, buscando controlar seus hábitos, comportamentos, ações, enfim, sua vida. Entra-se na era do domínio dos peritos como espécies de "ditadores da verdade", responsáveis pela criação de discursos que lhes gerarão domínios de saber-poder. Nessas relações de poder que se alastram por todo o tecido social e da qual ninguém escapa é praticamente impossível ficar de fora do jogo do poder, e seus desdobramentos. Mas, uma vez que onde há poder há resistência, e uma vez que a resistência é a forma de investir contra o poder e virar o jogo, a janela para fora do panóptico permanece aberta pra quem quiser tentar...

Referências

²² FOUCAUL, Microfisica do poder, 1979, p. 12.

²³ IDEM

²⁴ HABERMAS, O Discurso filosófico da modernidade, 2000, p.377.

DELEUZE, G. Foncault. São Paulo: Brasiliense, 2005.
FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
Nascimento da biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
Segurança, território, população. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
Vigiar e punir. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
HABERMAS, J. O discurso filosófico da modernidade. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
REVEL, J. Michel Foucault: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.